

**SPE WGS A 02 Empreendimentos
Imobiliários S.A.**

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes
Avenida Deputado Jamel Cecílio, 2.496 - Quadra B-22, Lote 04-E
Salas A-103 a A-106 - Jardim Goiás
Edifício New Business Style
74810-100 - Goiânia/GO - Brasil
Caixa Postal 25.425 - CEP 74810-970 - Goiânia/GO - Brasil
Telefone +55 (62) 3604-7900, Fax +55 (62) 3604-7901
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e aos administradores da
SPE WGSA 02 Empreendimentos Imobiliários S.A.
Goiânia - GO

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da SPE WGSA 02 Empreendimentos Imobiliários S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SPE WGSA 02 Empreendimentos Imobiliários S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas, a razoabilidade das estimativas contábeis e as respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à



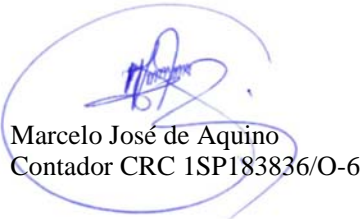
capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Goiânia, 05 de abril de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC GO-001203/O-2 F-GO



Marcelo José de Aquino
Contador CRC 1SP183836/O-6

SPE WGS A 02 Empreendimentos Imobiliários S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	2016	2015	Passivo	Notas	2016	2015
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.014	225	Fornecedores	10	3.082	1.640
Promitentes compradores de imóveis	5	3.607	4.132	Obrigações tributárias		416	480
Imóveis a comercializar	6	26.722	23.933	Obrigações com partes relacionadas	7.a	3.489	3.648
Outros créditos		1	-	Outras contas a pagar	14	1.828	731
Impostos a recuperar		7	-				
Despesas antecipadas	8	33	31	Total do passivo circulante		8.815	6.499
Total do ativo circulante		31.384	28.321				
Não circulante				Não circulante			
Promitentes compradores de imóveis	5	16.510	22.646	Obrigações com partes relacionadas		-	682
Despesas antecipadas	8	16.923	9.282	Obrigações tributárias		186	258
Outros créditos		10	-	Tributos diferidos	12	694	1.802
Investimentos		371	150	Obrigações por permuta de imóveis	13	30.977	32.457
Imobilizado	9	1.289	976	Provisão para garantia		189	104
Intangível		31	40	Dividendos a pagar	15.d	2.027	1.907
Total do ativo não circulante		35.134	33.094	Outras contas a pagar	14	1.071	-
				Total do passivo não circulante		35.144	37.210
				Patrimônio líquido			
				Capital social	15.a	450	450
				Reservas de lucros	15.c	22.109	17.256
				Total do patrimônio líquido		22.559	17.706
Total do ativo		66.518	61.415	Total do passivo e do patrimônio líquido		66.518	61.415

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SPE WGS A 02 Empreendimentos Imobiliários S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Notas	2016	2015
Receita líquida	17	29.342	51.207
Custo dos imóveis vendidos	18	<u>(14.349)</u>	<u>(23.490)</u>
Resultado bruto		<u>14.993</u>	<u>27.717</u>
(Despesas) receitas operacionais			
Despesas com vendas	19	(3.983)	(3.056)
Despesas administrativas e gerais	20	(4.416)	(1.945)
Equivalência patrimonial		(156)	(16)
Outras receitas/(despesas) operacionais		<u>1</u>	<u>(657)</u>
Total das receitas/(despesas) operacionais		<u>(8.554)</u>	<u>(5.674)</u>
Receitas financeiras		274	108
Despesas financeiras		<u>(1.069)</u>	<u>(537)</u>
Resultado financeiro líquido	21	<u>(795)</u>	<u>(429)</u>
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>5.644</u>	<u>21.614</u>
Imposto de renda e contribuição social - correntes	11.b	(757)	(714)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	11.b	<u>505</u>	<u>(825)</u>
Resultado do exercício		<u>5.392</u>	<u>20.075</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SPE WGSA 02 Empreendimentos Imobiliários S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	2016	2015
Resultado do exercício	5.392	20.075
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total de resultados abrangentes	<u>5.392</u>	<u>20.075</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SPE WGSA 02 Empreendimentos Imobiliários S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reservas			Total
		Legal	Retenção de lucros	Prejuízos acumulados	
Saldo em 31 de dezembro de 2014	450	-	-	(912)	(462)
Resultado do exercício	-	-	-	20.075	20.075
Destinações de resultado:					
Constituição de reserva legal	-	90	-	(90)	-
Dividendos	-	-	-	(1.907)	(1.907)
Reserva de lucros	-	-	17.166	(17.166)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	450	90	17.166	-	17.706
Resultado do exercício	-	-	-	5.392	5.392
Destinações de resultado:					
Dividendos	-	-	-	(539)	(539)
Reserva de lucros	-	-	4.853	(4.853)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	450	90	22.019	-	22.559

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SPE WGS A 02 Empreendimentos Imobiliários S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	5.392	20.075
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	218	99
Impostos e contribuições diferidos	(1.907)	1.803
Provisão para garantia	85	104
Obrigações por permuta de imóveis	(1.480)	(8.204)
Equivalência patrimonial	156	16
Ajuste a valor presente	68	54
Provisão para distrato	4.397	5.559
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) redução em estoques	(632)	13.047
(Aumento) redução em promitentes compradores	39	(26.778)
(Aumento) redução em impostos a recuperar	(7)	-
(Aumento) redução em despesas antecipadas	(7.643)	(9.034)
(Aumento) redução em outros créditos	(11)	-
Aumento (redução) em fornecedores	1.442	1.391
Aumento (redução) em adiantamento de clientes	-	(139)
Aumento (redução) em obrigações tributárias	663	653
Aumento (redução) em outras contas a pagar	2.168	731
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	2.948	(623)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Investimentos	(377)	(166)
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(522)	(921)
Caixa líquido após as atividades de investimento	(899)	(1.087)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Entrada (saída) financeira de mútuo com pessoas ligadas	(841)	1.774
Distribuição/ Destinação de dividendos	(419)	-
Caixa líquido após as atividades de financiamento	(1.260)	1.774
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	789	64
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	1.014	225
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	225	161
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	789	64

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A SPE WGSA 02 Empreendimentos Imobiliários S.A. (“Companhia”), inscrita no CNPJ (MF) nº 19.924.962/0001-65, é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 21 de março de 2014, com sede localizada à rua R1, S/N, lote 11, quadra 26, município de Olímpia, Estado de São Paulo.

A Companhia tem como propósito específico a incorporação de um empreendimento turístico-hoteleiro denominado SOLAR DAS ÁGUAS PARK RESORT, localizado na avenida do Folclore, 1.543, CEP 15.400-000, em Olímpia - SP. O prazo de duração é por tempo determinado, limitado pela conclusão de seu objeto social.

Características do empreendimento

O empreendimento SOLAR DAS ÁGUAS PARK RESORT será composto por 8 blocos (A, B, C, D, E, F, G e H), todos sobre o mesmo terreno, perfazendo 1.000 apartamentos autônomos, além de 21 unidades comerciais autônomas.

Os 1.000 apartamentos destinam-se ao uso exclusivo comercial e são comercializados pelo regime de multipropriedade, com exploração dos diversos sistemas de ocupação, quais sejam:

- (i) Multipropriedade por turnos de aproveitamento;
- (ii) *Pool* de locação;
- (iii) Outras modalidades de uso que se adaptem ao conceito de *apart-hotel*, sem desvirtuar sua destinação, ficando cada apartamento vinculado ao cronograma de uso compartilhado e ao regulamento de uso.

Considera-se multipropriedade por turnos de aproveitamento no tempo, ou simplesmente multipropriedade, o sistema pelo qual o título de um imóvel é fracionado em cotas, correspondendo cada qual destas a uma fração de propriedade sobre a unidade imobiliária autônoma, formando-se, assim, um regime de condomínio (previsto na Lei nº 10.406/2012) entre cada adquirente das ditas cotas, figurando estes individualmente como multiproprietários da unidade.

Cada apartamento que compõe o empreendimento acima caracterizado, que integrar o sistema de multipropriedade, será dividido em 13 (treze) frações/cotas, sendo cada fração/cota correspondente a 28 (vinte e oito) diárias, as quais serão divididas em 4 (quatro) períodos de hospedagem.

Cada titular da unidade em multipropriedade terá a propriedade individual de uma unidade, na proporção correspondente à fração/cota adquirida, designada por suas referências: a espacial, que equivale à situação/à localização da unidade no edifício em seu aspecto físico, representada por um número ou o número do apartamento, e a temporal, que equivale à situação da unidade num determinado período do ano para efeito de ocupação e uso, de acordo com o previsto no cronograma de uso compartilhado.

A Companhia transferirá a propriedade aos adquirentes através de registro em cartório, uma vez que as unidades estarão vinculadas à exploração comercial.

Devido às características especiais e à destinação do edifício, para que seu funcionamento possa ser viabilizado nos termos da legislação vigente, sua administração será exercida pela própria incorporadora ou por administradora por ela indicada/contratada durante a totalidade do período compreendido entre a entrega do primeiro edifício e até que se complete 5 (cinco) anos após a conclusão integral das obras e entrega total do condomínio.

Estágio da construção e comercialização

Até 31 de dezembro de 2016 foram incorridos serviços relacionados à fundação, terraplanagem, bem como o canteiro de obras. O percentual de obra executada na referida data-base está em 23,82%.

Também nessa data já haviam sido comercializadas 8.321 cotas (2.320 cotas e 10 unidades comerciais pela permuta do terreno) de um total de 14.705 cotas disponíveis para comercialização.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade (em relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas contábeis

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, dos passivos, das receitas e das despesas. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e as premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Os principais julgamentos e as estimativas efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e que mais afetam significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras são definição da vida útil do ativo imobilizado, provisão para demandas judiciais, provisão para garantia de obras e custo orçado.

e. Data de aprovação das demonstrações financeiras

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão final pela Diretoria em 05 de abril de 2017.

3 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Reconhecimento da receita (incorporação imobiliária)

O resultado da venda de imóveis é apurado considerando as receitas contratuais acrescidas de variações monetárias até a conclusão do empreendimento e reduzidos dos seguintes custos: gastos com aquisição e regularização de terrenos; custos diretos e indiretos relacionados aos projetos e à construção; impostos e taxas não recuperáveis, e encargos financeiros decorrentes de financiamento de obras.

A apropriação do resultado das vendas de imóveis se dá da seguinte forma:

1. Nas vendas a prazo de unidade concluída: no momento em que a venda é efetivada, independentemente do prazo de recebimento do valor contratual.
2. Nas vendas a prazo de unidades não concluídas: as receitas de vendas e os custos de terrenos e de construção são apropriados ao resultado utilizando-se o método do percentual de conclusão de cada empreendimento, sendo esse percentual mensurado em razão do custo incorrido contratado em relação ao custo total orçado dos respectivos empreendimentos, incluindo os custos de projetos e terreno. As receitas de vendas apuradas, incluindo a atualização monetária, líquida das parcelas já recebidas, são contabilizadas como contas a receber. Valores recebidos e superiores às receitas contabilizadas são registrados como adiantamento de clientes. O custo incorrido (inclui-se gasto com terreno, incorporação e construção) correspondente às unidades vendidas é apropriado ao resultado de acordo com o percentual de unidades vendidas. O critério estabelecido está em conformidade com as orientações e interpretações técnicas a seguir:

- (i) CPC 17 (R1) – Contratos de Construção
- (ii) OCPC 01 (R1) Entidades de Incorporação Imobiliária;
- (iii) OCPC 04 – Aplicação da Interpretação Técnica ICPC 02 às entidades de Incorporação Imobiliária Brasileiras; e
- (iv) ICPC 02 – Contrato de Construção do Setor Imobiliário.

Os custos orçados totais, compostos pelos custos incorridos e pelos custos previstos a incorrer para o encerramento das obras, são regularmente revisados, conforme a evolução das obras, e os ajustes com base nessa revisão são refletidos nos resultados da Companhia de acordo com o método contábil utilizado.

b. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à sua emissão.

A classificação subsequente depende da finalidade dos ativos e dos passivos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos e passivos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(i) *Ativos financeiros*

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, instrumentos financeiros mantidos até o vencimento, instrumentos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresentou somente instrumentos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado, pelo método da taxa efetiva de juros, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

Em 31 de dezembro de 2016, os ativos financeiros da Companhia, classificados nesta categoria, compreendia o saldo de “caixa e equivalentes de caixa”, “promitentes compradores de imóveis” e “outros créditos”.

(ii) *Passivos financeiros*

Os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias: instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros. Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia possuía instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros. Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia possuía como outros passivos financeiros “Fornecedores”, “Outras contas a pagar” e “Dividendos a pagar”.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado, com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos e outros fins.

d. Promitentes compradores de imóveis

São apresentados aos valores presentes e de realização, reconhecidos de acordo com o critério descrito na Nota Explicativa nº 3.a. Em função dos créditos perante os clientes possuírem garantia real do próprio imóvel, não é constituída provisão para devedores duvidosos, considerando o risco de perda como insignificante.

e. Imóveis a comercializar

Os imóveis em construção ou prontos para serem comercializados são registrados ao custo

incorrido de construção que não excede o valor líquido realizável. O custo dos imóveis é formado por gastos com: aquisição de terrenos por meio de permuta com unidades físicas, materiais, mão de obra aplicada e despesas com incorporação.

O valor líquido realizável é o preço estimado de venda em condições normais de negócios, deduzidos aos custos de execução e as despesas de vendas e tributos. Os terrenos são registrados ao custo de aquisição, acrescido dos eventuais encargos financeiros gerados pelas suas correspondentes contas a pagar.

f. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição e construção dos estandes de vendas e do apartamento-modelo decorado de empreendimentos imobiliários. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas compatíveis com a vida estimada para utilização dos estandes de vendas e apartamentos-modelo, sendo a depreciação dos estandes de vendas registrada na rubrica de “Despesas comerciais”, conforme orientação do OCPC 01 (R1) - Entidades de Incorporação Imobiliária.

g. Obrigações por compra de terrenos (permuta)

As permutas de terrenos, tendo por objeto a entrega de unidades a construir e o valor do terreno adquirido pela Companhia, são apuradas com base no valor justo das unidades imobiliárias a serem entregues. O valor justo do terreno é registrado como um componente da rubrica de “imóveis a comercializar”, em contrapartida a obrigações por compra de terreno no passivo não circulante, no momento da assinatura do instrumento particular relacionado à referida transação. As receitas e os custos decorrentes de operações de permutas são apropriados ao resultado ao longo do período de construção dos empreendimentos, conforme descrito na Nota Explicativa nº 3.a.

h. Garantias

As provisões para garantias relacionadas ao período de cinco anos, pós-obra, são registradas ao longo das construções dos empreendimentos e fazem parte do custo dos imóveis vendidos. Para os empreendimentos com construção própria, a Companhia registra provisão baseada no orçamento e no histórico de gastos.

Para os empreendimentos em que a Companhia contrata terceiros para a construção, estes assumem a responsabilidade pelas garantias para o período pós-obras, contudo, nos casos em que construtora não arque com os custos, a Companhia se responsabiliza solidariamente, e para esses casos esta constitui provisão.

i. Despesas com vendas a apropriar

As comissões sobre as vendas são ativadas na rubrica de “Despesas antecipadas” e reconhecidas ao resultado pelo mesmo critério de reconhecimento de receitas descrito na Nota Explicativa nº 3.a.

As despesas com propaganda, marketing e promoções são reconhecidas ao resultado como despesas de vendas quando da veiculação da propaganda e/ou ação de marketing.

j. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser

mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros incorridos.

k. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e os passivos monetários, decorrentes de operações de longo prazo ou de curto prazo, quando houver efeito relevante, são ajustados a valor presente.

Companhias de incorporação imobiliária, nas vendas a prazo de unidades não concluídas, apresentam recebíveis com atualização monetária, os quais devem ser descontados a valor presente, uma vez que os índices de atualização monetária contratados não incluem o componente de juros. O registro e a reversão do ajuste a valor presente são realizados tendo como contrapartida o próprio grupo de receitas de incorporação imobiliária.

Para outros ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente o registro e a reversão são alocados nas linhas de receita e despesa financeira.

A taxa de desconto utilizada pela Companhia possui como fundamento e premissa a taxa de desconto da tabela de vendas das unidades.

l. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

Conforme facultado pela legislação tributária, em fevereiro de 2016 a Companhia aderiu ao Regime de Tributação Especial (RET), instituído por meio da Lei nº 10.931/2004, em caráter opcional e irrevogável enquanto perdurarem os direitos e as obrigações do incorporador perante os adquirentes dos imóveis que compõem o empreendimento afetado. O empreendimento submetido ao RET prevê a tributação por alíquota equivalente a 4% (quatro por cento) da receita mensal recebida, a qual unifica os seguintes impostos e contribuições:

- (i) 1,71% (um inteiro e setenta e um centésimo por cento) como COFINS;
- (ii) 0,37% (trinta e sete centésimos por cento) como contribuição para o PIS/Pasep;
- (iii) 1,26% (um inteiro e vinte e seis centésimos por cento) como IRPJ; e
- (iv) 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) como CSLL.

m. Perdas por redução ao valor recuperável de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

n. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

o. Benefícios pós-emprego

A Companhia não possui benefício pós-emprego, conforme definição do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados.

p. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018.

(i) CPC 47 Receita de Contratos com Clientes

O CPC 47 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. O CPC 47 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (R1) - Receitas e CPC 17 (R1) - Contratos de Construção.

O CPC 47 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018.

A Companhia concluiu uma avaliação inicial do potencial impacto da adoção do CPC 47 em suas demonstrações financeiras, conforme demonstrado a seguir:

Venda de imóveis

Conforme informado na nota 3.a, as receitas de vendas e os custos de construção são apropriados ao resultado utilizando-se o método do percentual de conclusão de obra.

De acordo com a CPC 47, a receita deve ser reconhecida quando o cliente obtém o controle dos produtos. No caso da Companhia, isso ocorre na conclusão do empreendimento. Desta forma, quando aplicado o CPC 47, durante o período de construção do empreendimento, a Companhia não reconhecerá receita oriunda de venda de imóveis e custos com construção, sendo estes registrados nas demonstrações financeiras somente na entrega do empreendimento.

(ii) CPC 48 Instrumentos Financeiros

O CPC 48 substitui as orientações existentes no CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O CPC 48 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros do CPC 38.

O CPC 48 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018.

O impacto efetivo da adoção do CPC 48 nas demonstrações financeiras da Companhia em 2018 não pode ser estimado com confiança, pois dependerá dos instrumentos financeiros que a Companhia detiver e das condições econômicas em 2018, bem como de decisões e julgamentos contábeis que a Companhia fará no futuro. A nova norma exigirá que a Companhia revise seus processos contábeis e controles internos relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros e essas alterações ainda não estão finalizadas. No entanto, a Companhia realizou uma avaliação preliminar do potencial impacto da adoção do CPC 48 com base em sua posição em 31 de dezembro de 2016 e não identificou nenhum impacto significativo.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2016	2015
Bancos conta movimento	73	225
Aplicações financeiras (i)	941	-
Total	1.014	225

- (i) Estão representadas por aplicações financeiras em fundos remunerados pela taxa dos depósitos interbancários – CDI, Certificados de Depósito Bancário, com resgate imediato e sujeito a um insignificante risco de mudança de valor.

5 Promitentes compradores de imóveis

Descrição	2016	2015
Contas a receber	26.595	32.466
(-) Ajuste a valor presente (i)	(123)	(129)
(-) Provisão para distrato (iii)	(6.355)	(5.559)
Total	20.117	26.778
Circulante	3.607	4.132
Não circulante	16.510	22.646

- (i) As contas a receber de vendas de imóveis estão atualizadas pela variação do Índice Nacional da Construção Civil (INCC) até a emissão do alvará de habitação. As contas a receber de imóveis não concluídos foram mensuradas a valor presente considerando a taxa de desconto compatível com as transações e as operações realizadas. A taxa média mensal praticada pela Companhia em 2016 foi de 0,37% (0,27% em 2015).
- (ii) A Companhia não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa, apesar de existir uma pequena quantidade de clientes com inadimplência. Esta decisão da Administração, decorre do fato do empreendimento ainda estar em construção e a Companhia ter a garantia real dos imóveis.
- (iii) A Companhia constitui provisão de distrato para os clientes que estão na eminência de sofrerem distrato unilateral, por inadimplência, utilizando-se o critério de títulos vencidos acima de 91 dias e análise individual e para os contratos que já foram efetivamente distratados no início do exercício seguinte. Essa provisão é calculada em função do percentual de andamento de obra, metodologia aplicada no reconhecimento de receita conforme nota explicativa 3.a.

6 Imóveis a comercializar

	2016	2015
Custo com terreno	15.517	18.527
Custo com construção	9.048	3.033
Provisão para distrato (i)	2.157	2.373
Total (ii)	26.722	23.933

- (i) A Administração efetuou uma análise de sua carteira de recebíveis e constituiu uma provisão para distrato para os clientes que considera não ter condições de financiamento, com base em análise individual e histórico de distrato. Dessa forma, os lançamentos de contas a receber, receitas, estoques e custos, provenientes dessas vendas provisionadas, foram estornados.
- (ii) Os estoques da Companhia estão apresentados pelo seu valor de custo que não excede o valor realizável líquido.

7 Partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas seus acionistas, empresas controladas, outras companhias ligadas aos mesmos acionistas, seus administradores, os demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 5 (R1) - Divulgações de partes relacionadas. As principais transações com partes relacionadas e seus efeitos estão descritos a seguir:

a. Obrigações com partes relacionadas

Referem-se a mútuos obtidos com empresas relacionadas, demonstrados a seguir:

Descrição	2016	2015
SPE Olímpia Q27 Empreendimentos Imobiliários S.A. (i)	-	3.648
Sandro Antônio Scodro (ii)	3.489	682
Total	3.489	4.330
Circulante	3.489	3.648
Não circulante	-	682

- (i) Empréstimo liquidado em 2016.
- (ii) Empréstimos com vencimento em 2017, reajustados pelo índice IGP-M (IGP-M/FGV - Índice Geral de Preços do Mercado) com acréscimo de 0,5% a.m., devendo ser retido do montante o Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF).

b. Remuneração dos administradores

Em 2016, a Companhia não remunerou nenhum executivo da Administração.

8 Despesas antecipadas

As comissões sobre as vendas efetivadas são ativadas e reconhecidas no resultado utilizando-se do mesmo critério para o reconhecimento da receita (POC), conforme exposto na nota explicativa nº 3.a.

	2016	2015
Comissões a apropriar	16.860	9.193
Seguros a apropriar	96	120
	16.956	9.313
Circulante	33	31
Não circulante	16.923	9.282

9 Imobilizado

	Taxa	2015	2016		Líquido
		Líquido	Aquisições	Depreciação	
Estande de vendas	55%	634	334	(119)	849
Móveis e utensílios	10%	209	115	(25)	299
Máquinas e equipamentos	10%	-	12	(1)	11
Benfeitorias	46%	39	-	(39)	-
Informática	20%	94	62	(26)	130
		976	523	(210)	1.289

10 Fornecedores

	2016	2015
Rio Verde Engenharia e Construções Ltda.	554	234
WAM Negócios Imobiliários Ltda.	866	899
G Miessa Construtora - EPP.	258	-
ABL Prime Ltda.	-	162
Flexmix Tecnologia de Concretos Ltda.	202	-
Outros fornecedores	1.202	345
Total	3.082	1.640

11 Impostos e contribuições

Em fevereiro de 2016, a Companhia fez a adesão ao Regime Especial de Tributação “RET”, que lhe permite apurar seus tributos federais (IRPJ/CSLL/PIS e COFINS) com uma alíquota única de 4%. A mudança do regime de tributação ocasionou uma reversão dos tributos já diferidos que vinham sendo provisionados com base nas alíquotas do lucro presumido.

a. PIS/COFINS

	2016		2015	
	PIS	COFINS	PIS	COFINS
Recebimentos - Presumido	2.295	2.295	23.401	23.401
Receita financeira - Presumido	95	95	74	74
Recebimentos - RET	<u>34.795</u>	<u>34.795</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Base de cálculo - Presumido	2.295	2.295	23.401	23.401
Base de cálculo - RET	34.795	34.795	-	-
Alíquota - Presumido	0,65%	3%	0,65%	3%
Alíquota - RET	<u>0,37%</u>	<u>1,71%</u>	<u>0,37%</u>	<u>1,71%</u>
PIS/COFINS correntes	<u>(144)</u>	<u>(664)</u>	<u>(152)</u>	<u>(702)</u>
Receita com incorporação - Presumido	8.135	8.135	56.522	56.522
Receita com incorporação - RET	25.328	25.328	-	-
(-) Distrato	(4.402)	(4.402)	(800)	(800)
(+) Reversão provisão distrato - 2015	5.559	5.559	-	-
(-) Provisão para distrato - 2016	<u>(6.554)</u>	<u>(6.554)</u>	<u>(5.559)</u>	<u>(5.559)</u>
Base de cálculo - Presumido	13.694	13.694	50.163	50.163
Base de cálculo - RET	14.372	14.372	-	-
Alíquota presumido	0,65%	3%	0,65%	3%
Alíquota RET	<u>0,37%</u>	<u>1,71%</u>	<u>0,37%</u>	<u>1,71%</u>
PIS/COFINS	<u>(142)</u>	<u>(657)</u>	<u>(326)</u>	<u>(1.505)</u>
Baixa de PIS/COFINS correntes	144	664	152	702
Redução de alíquotas (Opção pelo RET)	<u>106</u>	<u>488</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
PIS/COFINS diferidos	<u>108</u>	<u>495</u>	<u>(175)</u>	<u>(803)</u>
PIS/COFINS no resultado	<u>(36)</u>	<u>(169)</u>	<u>(327)</u>	<u>(1.505)</u>

b. Imposto de renda e contribuição social

	2016		2015	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Recebimentos - Base presumido	2.295	2.295	23.401	23.401
Recebimentos - Base RET	34.795	34.795	-	-
(%) Alíquota presumida para imposto de renda	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo presumida	184	275	1.872	2.808
Receita financeira - Presumido	95	95	74	74
Base de cálculo - Presumido	279	370	1.946	2.882
Base de cálculo - RET	34.795	34.795	-	-
Alíquota RET	1,26%	0,66%	1,26%	0,66%
Alíquota Presumido	25%	9%	25%	9%
IRPJ/CSLL correntes	(494)	(263)	(454)	(260)
Receita com incorporação - Base Presumido	8.135	8.135	57.102	57.102
Receita com incorporação - Base RET	25.328	25.328	-	-
(-) Distrato	(4.402)	(4.402)	(800)	(800)
(+) Reversão provisão distrato - 2015	5.559	5.559	-	-
(-) Provisão para distrato - 2016	(6.554)	(6.554)	(5.559)	(5.559)
Alíquota de presunção	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo presumido	1.191	1.738	4.059	6.089
Base de cálculo RET	14.372	14.372	-	-
Alíquota Presumido	25%	9%	25%	9%
Alíquota RET	1,26%	0,66%	1,26%	0,66%
IRPJ/CSLL	(360)	(251)	(991)	(548)
Baixa de IRPJ/CSLL correntes	494	263	454	260
Redução de alíquotas (Opção pelo RET)	228	131	-	-
IRPJ/CSLL diferidos	362	143	(537)	(288)
Total IRPJ/CSLL no resultado	(132)	(120)	(991)	(548)

12 Tributos diferidos

	2016	2015
Contas a receber	20.117	26.778
PIS (0,37%)	64	174
COFINS (1,71%)	297	803
IRPJ (1,26%)	219	536
CSLL (0,66%)	114	289
Total	694	1.802

13 Obrigações por permuta de imóveis

Refere-se à obrigação registrada para aquisição do terreno destinado ao desenvolvimento do empreendimento e que corresponde ao valor justo relacionada à entrega física de 2.320 cotas imobiliárias e 10 unidades comerciais.

Essas obrigações representam o valor de custo das unidades permutadas, tendo por base o orçamento de obra da época do lançamento do empreendimento. Esta base não é reajustada.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os saldos de contrato de permuta são:

Descrição	2016	2015
Roca Administradora de Bens	1.565	1.565
Savi Administração de Bens	935	935
Property Participações	2.500	2.500
(+) Ajuste a Valor Justo	35.661	35.661
(-) Receita de Permuta Realizada	<u>(9.684)</u>	<u>(8.204)</u>
Total	<u>30.977</u>	<u>32.457</u>

14 Outras contas a pagar

	2016	2015
Distrato a pagar	2.505	274
Provisão para distrato	200	-
WPX Investimentos e Participações S.A.	-	326
Outros	<u>194</u>	<u>131</u>
Total	<u>2.899</u>	<u>731</u>
Circulante	1.828	731
Não circulante	1.071	-

15 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado está representado por 450.000 ações ordinárias nominativas com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada e está dividido da seguinte forma:

Acionistas	2016			2015		
	Quantidade de ações	% do capital	Valor	Quantidade de ações	% do capital	Valor
WPX S.A Invest. e Participações	150.000	33,33	150	150.000	33,33	150
Montebelo Empreendimentos Ltda.	150.000	33,33	150	150.000	33,33	150
Griffe Investimentos Ltda.	114.000	25,34	114	114.000	25,34	114
ABL SPE 001 Ltda.	<u>36.000</u>	<u>8</u>	<u>36</u>	<u>36.000</u>	<u>8</u>	<u>36</u>
Total	<u>450.000</u>	<u>100</u>	<u>450</u>	<u>450.000</u>	<u>100</u>	<u>450</u>

b. Reserva legal

A parcela de 5% (cinco por cento) será deduzida do lucro líquido do exercício para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do montante das reservas de capital, de que trata o § 1º do art. 182 da Lei das Sociedades por Ações, exceder 20% (vinte por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal.

c. Reservas de lucros

O montante de lucros retidos no exercício, adicionado à reserva de lucros, será utilizado para suprir a necessidade de capital de giro e possibilitar investimentos no empreendimento imobiliário e distribuição de dividendos assim que o permitir a situação financeira da Companhia.

d. Distribuição de resultados

O estatuto social estabelece a distribuição de dividendo mínimo de 10% sobre o lucro líquido do exercício após a constituição da reserva legal, de outras reservas previstas no estatuto e a absorção de prejuízos acumulados.

(i) *Dividendos mínimos obrigatório*

	2016	2015
Resultado do exercício	5.392	20.075
(-) Absorção de prejuízo	-	(912)
(-) Reserva legal (5%)	-	(90)
	5.392	19.073
Dividendos mínimos obrigatório	539	1.907
Percentual de distribuição	10%	10%

(ii) *Movimentação dos dividendos*

Dividendos mínimos obrigatórios	1.907
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.907
Dividendos pagos	(419)
Dividendos mínimos obrigatórios	539
Saldo em 31 de dezembro de 2016	2.027

(iii) *Dividendos a pagar*

Representa o saldo remanescente de provisões de lucros deliberadas em assembleias extraordinárias.

Descrição	2016	2015
WPX S.A Investimentos e Participações	675	636
Montebelo Empreendimentos Ltda.	675	636
Griffe Investimentos Ltda.	514	483
ABL SPE 001 Ltda.	163	152
Total	2.027	1.907

16 Provisão para contingências

Todas as demandas judiciais são acompanhadas continuamente pelos assessores jurídicos da Companhia que, de acordo com critérios previamente definidos pela Administração, classificam as contingências de forma individual, o que resulta no provisionamento dos objetos

considerados como perda provável.

Os processos em que a nome da Companhia figura como réu, são avaliados pela área jurídica e classificados segundo o grau de risco de perda para a Companhia, tais como: perda remota, perda possível e perda provável. Com base nessas avaliações, em 31 de dezembro de 2016, não foi constituída provisão para contingências relacionadas a riscos fiscais, cíveis e trabalhistas em face da inexistência de litígios em andamento classificados como risco de perda provável e a Companhia possui 241 ações classificadas como risco de perda possível no montante de R\$ 5.076 (R\$ 231 em 2015) decorrente de rescisões contratuais e indenização por danos morais e materiais.

17 Receita líquida

	2016	2015
Receita com venda de imóveis	40.571	59.452
(-) Ajuste a valor presente	(68)	(54)
(-) Provisão para distrato	(6.554)	(5.559)
(-) Devoluções	(4.402)	(800)
Impostos sobre venda (PIS/COFINS) - Corrente	(808)	(854)
Impostos sobre venda (PIS/COFINS) - Diferido	603	(978)
	<u>29.342</u>	<u>51.207</u>
Receita líquida	<u>29.342</u>	<u>51.207</u>

18 Custo dos imóveis vendidos

	2016	2015
Custo dos imóveis vendidos	(16.421)	(25.759)
Provisão para garantias	(85)	(104)
(-) Provisão para distrato	2.157	2.373
	<u>(14.349)</u>	<u>(23.490)</u>
Total	<u>(14.349)</u>	<u>(23.490)</u>

19 Despesas com vendas

Descrição	2016	2015
Comissões sobre vendas	(2.947)	(2.322)
Propaganda e publicidade	(108)	(246)
Estande de vendas e apartamento-modelo (depreciação)	(118)	(14)
Serviços (assessoria comercial)	(810)	(474)
	<u>(3.983)</u>	<u>(3.056)</u>
Total despesas com vendas	<u>(3.983)</u>	<u>(3.056)</u>

20 Despesas administrativas e gerais

Descrição	2016	2015
Serviços administrativos prestados por terceiros	(1.884)	(1.173)
Depreciação	(100)	(85)
Outras despesas	(172)	(298)
Gestão de pessoas	(2.237)	(329)
Despesas de escritório	(23)	(60)
	<u>(4.416)</u>	<u>(1.945)</u>
Total despesas administrativas e gerais	<u>(4.416)</u>	<u>(1.945)</u>

21 Resultado financeiro líquido

	2016	2015
Receitas financeiras		
Juros sobre contas a receber	186	81
Rendimento sobre aplicações financeiras	88	27
Total das receitas financeiras	274	108
Despesas financeiras		
Descontos concedidos	(347)	(80)
Despesas bancárias	(256)	(92)
Juros sobre mútuos	(372)	(257)
IOF	(36)	(63)
Juros incorridos	(58)	(45)
Total das despesas financeiras	(1.069)	(537)
Resultado financeiro líquido	(795)	(429)

22 Instrumentos financeiros

a. Classificação de instrumentos financeiros

Em 2016 e 2015, a Companhia possui como ativo financeiro “Caixa e equivalentes de caixa”, “Promitentes compradores de imóveis” e “Outros créditos”, que foram classificados como “Empréstimos e recebíveis”, e como passivo financeiro “Fornecedores”, “Dividendos a pagar” e “Outras contas a pagar”, que foram classificados como “Outros passivos financeiros”. A Companhia não divulgou o valor justo do seu instrumento financeiro não mensurado ao valor justo, uma vez que seu valor contábil está razoavelmente próximo de seus valores justos.

b. Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia.

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. A gestão de fluxo de caixa da Companhia é acompanhada diariamente.

(iii) *Risco de mercado*

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio e taxas de juros, têm nos ganhos da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo aperfeiçoar o retorno.

c. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

As operações da Companhia são indexadas preponderantemente com taxas prefixadas e atreladas à variação do CDI.

Os cenários de exposição dos instrumentos financeiros (aplicações financeiras) indexados à taxa de juros foram montados com base nas curvas apuradas em 31 de dezembro de 2016, averiguando-se o impacto nas receitas financeiras, para o caso da variável de risco CDI, no período de um ano. O Cenário provável correspondente às taxas de juros informadas no site do banco central, e, na avaliação da Administração, é o cenário mais provável de se realizar nas datas de vencimento de cada uma das operações, e a partir desse cenário, considerou-se uma elevação e/ou redução de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco.

Premissas para análise de sensibilidade:

Variável de risco	Risco	Saldo contábil	Cenário provável	Queda de 25%	Queda de 50%
CDI (%)	Redução do CDI		13,63	10,22	6,82
Aplicações financeiras		941	941	909	877
Remuneração estimada			128	96	64
Efeitos no resultado				(32)	(64)

Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Companhia, seus objetivos, suas políticas e seus processos para a gestão desses riscos ou métodos utilizados para mensurá-los a partir de exercícios anteriores.

d. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados.

Frederico Rezende Palmerston Xavier
Diretor
CPF: 026.717.761-52

Ricardo Coimbra Cardoso
Diretor
642.647.771-00

Manoel Estevam de Farias Filho
Mapah Contadores Goiânia I SS EPP
Contador CRC-GO nº 01118/O-0